

**PERÍCIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO**  
**Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho ALVANTER GARCIA MORAIS**  
**CREA-MS 4306/D**

**LAUDO TÉCNICO Nº 01/2024**

**LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**  
**(PERICULOSIDADE)**

Em 05 de março de 2024, por solicitação expressa na Ordem de Missão Policial nº 13.930/2024 de 04/03/2024 assinada pelo Superintendente Regional da SR/PF/MS em exercício DPF FABRÍCIO DE AZEVEDO CARVALHO, e, por solicitação verbal do DPF DANIEL PINHEIRO LEITE PESSOA RAMOS, chefe da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, o Engenheiro Civil e Engenheiro de Segurança do Trabalho ALVANTER GARCIA MORAIS, elaborou o presente laudo técnico, a fim de atender a necessidade da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, situada na Avenida Presidente Castelo Branco, 400 – Romeirão, Juazeiro do Norte/CE, em relação ao enquadramento, ou não, como atividades perigosas, as desenvolvidas nas instalações da Polícia Federal na referida delegacia, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias tudo quanto possa interessar ao demandante, e atendendo à solicitação formulada pelos demandantes.

**I – HISTÓRICO**

Nos dias 06 a 08/03/2024, com apoio de servidores da DPF/JNE/CE, o PCF Alvanter vistoriou todas as dependências da Polícia Federal no complexo onde funciona a nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, situado na Avenida Presidente Castelo Branco, 400 – Romeirão, Juazeiro do Norte/CE, onde foram realizadas inspeções na estrutura física e nas rotinas de trabalho dos funcionários e servidores com objetivo de identificar a existência ou não de situação enquadrada como periculosidade.

Também foi realizado um levantamento fotográfico e documental.

Após as análises foi elaborado o presente laudo.

## **II - OBJETIVO**

Os exames têm como objetivo caracterizar o local periciado, verificar as condições de trabalho dos servidores administrativos e funcionários terceirizados da PF e identificar a existência ou não de condição perigosa de trabalho, conforme preconizado pela Orientação Normativa SEGEP n° 04 (ON SEGEP n° 04), de 14 de fevereiro de 2017, e pela Norma Regulamentadora n° 16 (NR-16), aprovadas pela Portaria Ministerial n° 3.214/78 do MTE.

É importante ressaltar que as avaliações tiveram como objetivo verificar situação perigosa nas condições atuais, e com a utilização da documentação solicitada e fornecida, não sendo levado em consideração situações anteriores a data de elaboração do relatório.

## **III - IDENTIFICAÇÃO**

### **III.1 Órgão contratante**

Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará – SR/PF/CE.

Endereço: Avenida Borges de Melo, 820 – Bairro Aeroporto, Fortaleza/CE.

Telefone: (85) 3392-4934.

### **III.2 Local avaliado**

Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE – DPF/JNE/CE.

Endereço: Avenida Presidente Castelo Branco, 400 – Romeirão, Juazeiro do Norte/CE.

Telefone: (88) 3311 3232.

## **IV – EXAMES**

Foram realizados os exames visuais e todos os levantamentos de local necessários, incluindo medições com trena eletrônica, inspeções, levantamento fotográfico e documental, que possibilitassem a caracterização e definição da estrutura existente. Foram observadas as rotinas de trabalho dos diversos servidores e funcionários nas dependências da Polícia Federal na DPF/JNE/CE. Também foram investigadas possíveis situações de exposição a condições perigosas listadas na NR-16. Foram inspecionados todos os locais de trabalho onde se identificou a possibilidade da configuração de “áreas de Risco”, nos exatos termos definidos pela legislação trabalhista brasileira. No Anexo 1 encontra-se a ART n° 1320240050498 referente a este laudo técnico de periculosidade.

#### **IV.1 Documentos analisados**

Foram analisados os seguintes documentos:

Relatório de Missão Policial n° 13.930/2024, emitido em 13/03/2024 pelo PCF Alvanter Garcia Moraes;

Plantas arquitetônicas da DPF/JNE/PF contendo as áreas utilizadas pela Polícia Federal;

Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho da Universidade do Cariri – Núcleo de Perícias e Segurança do Trabalho, elaborado pelo médico perito Miguel Marx, emitido em setembro de 2020;

Informação elaborada pelo APF Amadeu Expedito Silva Neto, contendo a relação de material guardado no cofre de armas (depósito de armas e munições), emitida em 06/03/2024;

Informação elaborada pelo Agente Administrativo José Ivo Oliveira Ferreira, contendo a relação de armas e munições na sala de Segurança Privada (CV), Armas de Fogo (SINARM) e Produtos Químicos da DPF/JNE/CE, emitida em 08/03/2024;

Documento com a localização e setores de atividades da DPF/JNE/CE com a quantidade de servidores por setor, elaborado pelo Agente Administrativo Pedro, emitido em 07/03/2024;

NR 16 - atividades e operações perigosas;

Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991;

Relação atualizada dos servidores e empregados terceirizados, seus cargos e respectiva área de atuação.

#### **IV.2 Local**

Trata-se de um imóvel destinado a uso institucional da Polícia Federal, situado na Avenida Presidente Castelo Branco, 400 – Romeirão, Juazeiro do Norte/CE. A Figura 1 ilustra a visão geral do terreno onde estão as instalações da delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE. A Polícia Federal ocupa um terreno com cerca de 17.541,97 m<sup>2</sup>, sendo cerca de 2.283,00 m<sup>2</sup> de área construída.

A Figura 2 ilustra uma vista do terreno com destaque para a área do prédio principal da delegacia, onde a maioria dos servidores exercem suas atividades.

O Anexo 2 apresenta a planta de situação da DPF/JNE/CE em Juazeiro do Norte/CE.

O Anexo 3 apresenta uma planta baixa de arquitetura do prédio principal da DPF/JNE/CE, em Juazeiro do Norte/CE.



**Figura 1** – Localização da DPF/JNE/CE e em destaque onde está situada a Polícia Federal. (fonte: Google Earth em 22/03/2024)



**Figura 2** – Vista superior do terreno ocupado pela DPF/JNE/CE com destaque do prédio principal da delegacia. (fonte: (fonte: Google Earth em 22/03/2024)

#### **IV.3 Descrição do ambiente do trabalho**

A Estrutura Administrativa funciona no prédio principal da delegacia, localizada em um único pavimento com características construtivas em alvenaria de blocos de concreto e estrutura de concreto armado, com divisórias internas em gesso acartonado (drywall), iluminação natural pelas esquadrias e artificial por luminárias com lâmpadas LED e ventilação artificial (sistema de climatização por splits), com rotinas de trabalho em plantões

de 24/72h (plantonistas) e também com expediente normal das 07:30h as 17:30h. Também existem outras edificações de apoio, com a Guarita e o Centro de Treinamento.

A área total ocupada compreende aproximadamente **2.283,00 m<sup>2</sup>**, sendo 1.868,00 m<sup>2</sup> no prédio principal da delegacia, 127,00 m<sup>2</sup> na Guarita e 288,00 m<sup>2</sup> no Centro de Treinamento, possui sua maior parte em piso de porcelanato com acabamento fosco nas cores padrão da PF (minimum concreto e minimum carbono), nas dimensões de (60x60) cm. Em algumas pequenas áreas foi utilizado pisos de concreto liso desempenado, piso vinílico rústico tarkett cor jequitibá ou piso em granito branco ceará flameado. O forro principal é em placas de lã de PET 100% reciclável. Algumas salas são em laje aparente com pintura acrílica acetinada ou pastilha cerâmica (5x5) cm. As paredes são em alvenaria de blocos de concreto ou gesso acartonado com pintura acrílica na cor branco neve. Alguns locais específicos foram revestidos com porcelanato acetinado diamante branco, azulejo (8x25) cm cor DGN ou pastilhas cerâmicas (5x5) cm. A iluminação em praticamente todas as dependências utilizadas pela Polícia Federal natural e/ou artificial por meio de luminárias com lâmpadas LED, em sua maior parte com luminárias, (600x600) mm, de embutir. O sistema de climatização é por meio de ar-condicionado do tipo split e renovação de ar através de dutos sobre o forro.

#### **IV.4 Setores e condições em que se desenvolvem as funções / atividades**

As atividades desempenhadas são próprias da atividade policial, sendo a distribuição dos setores da forma a seguir:

<b>SETOR</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>SERVIDOR</b>	<b>CONTRATADO</b>
Entrada/Recepção	Triagem e vigilância por VIGILANTES ARMADOS	0	6
Plantão	Vigilância interna e externa do prédio, recepção de denúncia, expedição de autorização de embarque armado.	5	
Núcleo de Polícia Administrativa	Identificação de estrangeiros (coleta biográfica e biométrica); Expedição/Entrega de Passaporte e coleta biográfica de pessoas; Fiscalização de empresas de segurança privada, orgânica, identificação de vigilantes etc.; análise de processos de arma de fogo, porte de arma de fogo, recebimento de entrega de arma de pela Campanha Nacional de	4	3

## LAUDO TÉCNICO N° 01/2024

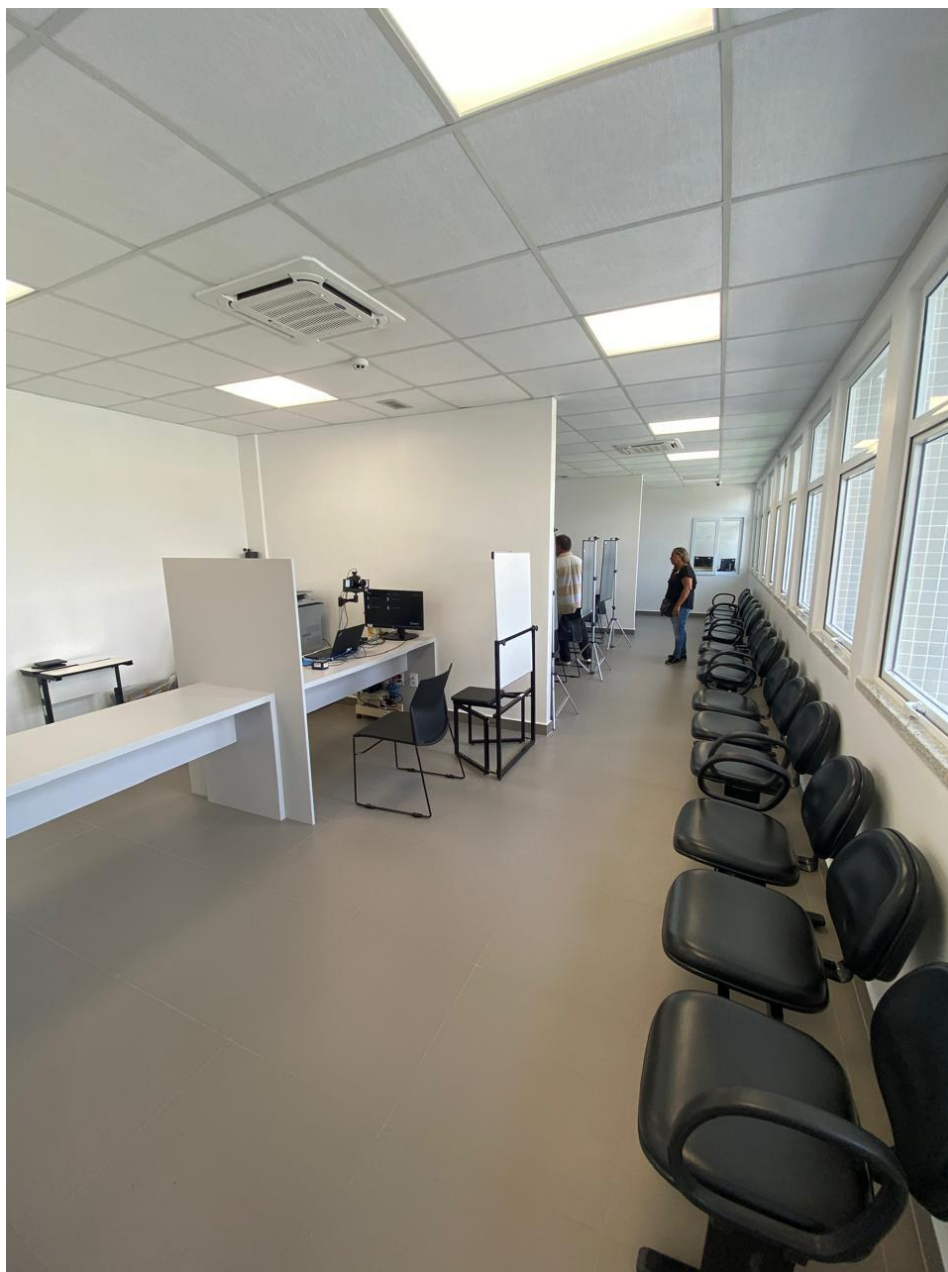
	Desarmamento, atividades de controles de produtos químicos controlados pela PF etc.		
Núcleo Administrativo	Protocolo, expedição de antecedentes criminais.	2	0
Chefia do Cartório	Atividades Cartorárias	2	*A tarde um dos contratados do Núcleo de Polícia Administrativa, desempenha a atividade no setor
Núcleo de Transporte e Prefeitura	Administração da frota ostensiva e velada e administração predial	2	0
Unidade de Identificação/ Laboratório de Papiloscopia	Identificação Criminal e locais de crimes. Laudos Papiloscópicos	4	0
Núcleo de Inteligência	Atividade de Inteligência e contrainteligência	3	0
Núcleo de Análise	Operações Policiais Sensíveis	3 (+ dois PPF's atuam no setor)	0
Cartórios	Atividades Cartorárias	6	0
Gabinetes	Deflagração de Operações, instauração de Inquéritos e oitivas	5	0
Secretaria de Gabinete/Comunicação Social	Atividade de apoio aos GABINETES. Comunicação interna e externa.	1	*No período da tarde 2 (dois) contratados do setor do Núcleo de Polícia Administrativa, desempenham atividade no setor, e 1 estagiário
Núcleo de Operações	Atividades Operacionais, cumprimentos de mandados de prisão, guarda do PAIOL da delegacia. Segurança do aeroporto.	9	0
Chefia do Núcleo de Operações	Gerenciar atividades a serem desempenhadas pelo Núcleo de Operações, recepção de informantes/colaboradores	2	0
Depósito de bens apreendidos	Armazenamento de Depósitos de papéis, armas, drogas, eletrônicos etc., de bens apreendidos de operações	1	0



## LAUDO TÉCNICO N° 01/2024

	policiais.		
Custódia/Sala de Oitiva	Sala de contenção provisório. Oitiva de presos, advogados etc., quando há flagrante ou Operação.	0	0
Sala do Eletricista/Jardinagem	Atuação em verificação contínua das operacionalidades dos equipamentos da delegacia (Manutenção Predial). Serviços de Jardinagem da área externa da delegacia		2
Copa/Limpeza	Atividade de cozinha. Guarda de Material de limpeza	0	3





**Figura 3** – Vista Geral da área de atendimento ao público (Registro de estrangeiros, passaporte, DELEAQ e DELESP).



**Figura 4** – Vista Geral salas de trabalho (DELESP / DELEAQ).

Na delegacia trabalham servidores da PF, em sua grande maioria da área policial como APF's, EPF's, PPF's e DPF's, e alguns AADM's, bem como funcionários terceirizados para apoio administrativo, num total aproximado de até 63 postos de trabalho. Desse total, cerca de 49 são servidores da PF e os 14 restantes servidores terceirizados / contratados.

O Anexo 3 apresenta uma planta baixa de arquitetura do prédio principal da DPF/JNE/CE, em Juazeiro do Norte/CE, com a área aproximada de 1.868,00 m<sup>2</sup>.

O armazenamento de armas e munições (incluindo granadas) está localizado numa área central ao prédio principal da delegacia. Como a quantidade de armazenagem de pólvoras químicas, artifícios pirotécnicos e produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas ou de fogos de artifício é menor do que 4.500 kg, o Quadro nº 2 da NR-16 estabelece uma faixa de terreno até a distância máxima de 45 metros (raio de 45m) – “área de risco”. Essa faixa de terreno de 45 metros atinge praticamente toda a edificação principal da delegacia. O Anexo 4 ilustra o pavimento térreo da delegacia, a localização do depósito de armas e munições e a área de risco com a abrangência da periculosidade.

De acordo com informação do responsável pelo depósito de armas e munições, os seguintes materiais encontram-se armazenados no depósito:

1. 06 fuzis, sendo 5 do calibre 5,56 x 45mm, e 1 do calibre 7,62 x 54mm;
2. 02 espingardas calibre 12;
3. 02 pistolas calibre 9 x 19mm, visto que o restante se encontra na cautela de cada servidor policial;
4. Cerca de 2.000 munições calibre 9 x 19mm para treinamento;
5. Cerca de 6.000 munições calibre 9 x 19mm para uso operacional;
6. Cerca de 2.000 munições do calibre 5,56 x 45mm;
7. Cerca de 500 munições do calibre 7,62 x 54mm;
8. Cerca de 100 munições calibre 12 para uso letal;
9. Cerca de 100 munições calibre 12, de elastômero para uso não letal;
10. Cerca de 10 frascos de spray de pimenta;
11. Cerca de 10 munições de controle de distúrbio longo alcance CS (GL202);
12. Cerca de 10 munições de controle de distúrbio explosiva luz e som (GL307/1-REF);
13. Cerca de 5 munições de controle de distúrbio lançamento com impacto, CS, luz e som (NT 907/CS);
14. Cerca de 5 munições de controle de distúrbio explosiva, luz e som indoor (GL707).

Nota: Essa relação de materiais armazenado pode variar de acordo com o uso operacional e com a chegada de suprimentos.

De acordo com informação do responsável pela DELESP, ficam armazenadas na sala de trabalho depósito de armas e munições, os seguintes materiais encontram-se armazenados no depósito:

1. Armas arrecadadas pela CV:
  - 1.1. 04 espingardas calibre 12;
  - 1.2. 04 pistolas calibre .380;
  - 1.3. 06 revólveres calibre .38;
2. Armas entregues voluntariamente na CND:
  - 2.1. 12 revólveres dos calibres .32 e .38;
  - 2.2. 5 pistolas calibres .765 e .380;
  - 2.3. 14 armas longas, entre espingardas e rifles;
3. Munições recebidas na CND:
  - 3.1. 444 munições de diversos calibres, entre os quais .38, .380, 12, .32, 9mm, .25 auto, .22, .44, .36. etc.

Foi informado que o número de armas e munições que ficam guardadas no setor não são estanques, pois esses materiais são recebidos na CND e encaminhados ao Exército Brasileiro para destruição nos termos da legislação vigente (Lei nº 10.826/2003). Desta forma esses materiais não foram considerados para o cálculo da área afetada pela periculosidade.

NOTA: Importante frisar que, para uma melhor segurança dos profissionais que trabalham na sala da DELESP / SINARM / DELEAQ que seja implantado um cofre de segurança para guardas de armas e munições em condições de uso e um armário metálico com chave de segurança para o armazenamento PROVISÓRIO de armas arrecadadas em campanhas do desarmamento. Todo material ali armazenado, deve ser de forma provisória até seu registro e conferências. Após a documentação estar finalizada, devem ser armazenados em depósitos próprios e adequados para armas e munições.

As principais atividades dos servidores administrativos e terceirizados:

- Controle migratório (entrada e saída de nacionais e estrangeiros);
- Atendimento ao serviço de controle de embarque armado e escolta de presos;
- Recebimento e entrega de documentos para de emissão de passaporte;
- Apoio aos servidores policiais na apreensão de drogas;
- Serviços administrativos de escritório.

Os serviços realizados pelos terceirizados são supervisionados pelos servidores da área policial da PF.

## **V –METODOLOGIA**

De acordo com a regulamentação dos direitos trabalhistas aprovada pelo Ministério do Trabalho do Brasil, o adicional de periculosidade deve ser pago ao trabalhador que executa **tarefas perigosas e que possam pôr a sua vida em risco**. O manuseamento de explosivos, de substâncias radioativas, além de atividades relacionadas à segurança patrimonial e pessoal contra roubos são alguns exemplos de funções desempenhadas pelo empregado que são cabíveis do adicional de periculosidade.

Os pressupostos que especificam as normas deste direito trabalhista estão previstos entre os artigos 193 e 196 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, através do decreto de lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943). O adicional de periculosidade é de 30% do salário-base do empregado.

### **V.1 Histórico resumido sobre a periculosidade na Legislação Brasileira**

Ao contrário da insalubridade que acarreta a perda paulatina da saúde, a periculosidade pode levar à incapacidade ou morte súbita. De certa forma, todo trabalho gera algum perigo, porém, para algumas atividades, o risco é mais acentuado. O trabalho em ambientes perigosos aumenta o desgaste pela constante vigilância, além da possibilidade mais concreta da ocorrência de acidentes. Diante desta realidade, o legislador resolveu instituir uma remuneração adicional para alguns trabalhos.

A primeira lei a tratar do assunto foi a de nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, que instituiu o adicional de 30% sobre o salário percebido, para os empregados que trabalhavam em contato permanente com inflamáveis, em condição de Risco Acentuado. Essa mesma lei facultava ao Ministério do Trabalho estender o benefício a outras atividades profissionais.

Em razão da semelhança dos riscos e dos efeitos danosos, os trabalhadores que exerciam atividades em contato permanente com explosivos começaram a postular judicialmente o adicional da Lei nº 2.573/55. Rendendo-se às evidências, o legislador reconheceu esse direito por intermédio da Lei nº 5.880, de 24 de maio de 1973. Com a reforma do Capítulo V do Título II da CLT, promovida pela Lei nº 6.514/77, as periculosidades do trabalho com inflamáveis e com explosivos foram reunidas no art. 193, revogando-se expressamente as leis anteriores.

Após persistentes reivindicações da categoria dos eletricitários, o legislador instituiu, por intermédio da Lei n° 7.369, de 20 de setembro de 1985, o adicional de periculosidade para aqueles que exercem atividades no setor de energia elétrica, no mesmo percentual de 30% sobre o salário.

Finalmente, pela Portaria 3.393, de 17 de dezembro de 1987, o Ministério do Trabalho assegurou o adicional de periculosidade, previsto no §1° do art. 193, da CLT, aos trabalhadores expostos a radiações ionizantes ou substância radioativas.

Diferentemente do adicional de insalubridade, não há uma definição clara do conceito legal a respeito da periculosidade. As hipóteses que conferem direito ao adicional foram taxativamente indicadas na legislação. Com isso, muitas atividades, apesar de tecnicamente perigosas e com acentuados índices de acidentes, como é o caso dos serviços ligados à construção civil, não dão direito ao adicional de periculosidade.

Por outro lado, é importante ressaltar que, muito embora não seja objeto específico desse laudo, a negligência em se adequar o ambiente de trabalho para níveis de segurança, poderá onerar a empresa com elevadas indenizações por responsabilidade civil, além das infrações de natureza criminal.

## V.2 Conceito de Periculosidade

De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a periculosidade ocorre quando há possibilidade de morte durante a exposição ao risco, como a atuação com explosivos, radiação ou segurança pessoal. Sua presença é confirmada a partir do Laudo de Periculosidade, que identifica todos os riscos presentes no ambiente laboral e o potencial de cada um deles. Todas as regras estão descritas na Norma Regulamentadora 16 (NR 16), que determina quais as atividades são consideradas perigosas.

O conceito de periculosidade vem explicitado no art. 193 da CLT, que diz textualmente:

“São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem **risco acentuado** em virtude de **exposição permanente** do trabalhador a: (Redação dada pela Lei n° 12.740, de 2012)

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei n° 12.740, de 2012)

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. (Incluído pela Lei n° 12.740, de 2012)

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)”

O texto legal nos traz dois pressupostos para a caracterização da periculosidade:

- A exposição permanente do trabalhador;
- O risco acentuado.

Na realidade, não existe meia periculosidade, se o empregado for acometido por um acidente, fatalmente não sairá ileso. Esse é o entendimento não só de peritos que efetuam a inspeção judicial, como também da grande maioria dos juízes trabalhistas. Portanto, é com esse conceito em mente, que o presente laudo foi direcionado, visando apresentar uma prévia da situação atual da PF na DPF/JNE/CE no que se refere ao assunto em tela, conforme solicitado.

Quanto a condição de risco acentuado, a legislação é lacunosa, não precisando em exatos termos o que seja tal risco. Dessa maneira, observa-se que os critérios adotados pelos peritos judiciais podem diferir algumas vezes, porém, dentro daquilo que se possa enquadrar na atual redação da legislação brasileira. Há de se observar o disposto na Portaria nº 545 de 10 de julho de 2000, que diz textualmente (sem o quadro anexo):

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Anexo 2 - Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis, da Norma Regulamentadora 16 - Atividades e Operações Perigosas, aprovada pela Portaria MTb nº 3.214, de 1978, cujo item 1, alínea “j” passa a vigorar como a seguir:



“j. no transporte de vasilhames (em caminhões de carga), contendo inflamável líquido, em quantidade total igual ou superior a 200 litros, quando não observado o disposto nos subitens 4.1 e 4.2 deste Anexo.”

Art. 2º Incluir o item n.º 4, no ANEXO 2 - Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis, da Norma Regulamentadora 16 Atividades e Operações Perigosas, aprovada pela Portaria MTb n° 3.214, de 1978, com a seguinte redação:

“4 - Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional:

4.1 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de líquidos inflamáveis em embalagens certificadas, simples, compostas ou combinadas, desde que obedecidos os limites consignados no Quadro I abaixo, independentemente do número total de embalagens manuseadas, armazenadas ou transportadas, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma NBR 11564/91 e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados;

4.2 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de recipientes de até cinco litros, lacrados na fabricação, contendo líquidos inflamáveis, independentemente do número total de recipientes manuseados, armazenados ou transportados, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.”

Faz-se necessário verificar que a Portaria n° 545 acima mencionada traz a interface com os critérios técnicos para a aprovação da embalagem, conforme NBR 11.564/91, e da Portaria n° 420/04 do Ministério dos Transportes. Todavia, tendo em vista os critérios rigorosos existentes nos dois dispositivos mencionados, a identificação de aspectos que de alguma forma comprometam a estanqueidade da embalagem, deverão ser levados em consideração por ocasião de uma avaliação pericial, no que tange a eficiência do controle de risco.

Diferentemente do entendimento da insalubridade, no qual o Equipamento de Proteção Individual, quando corretamente utilizado corresponde a um eficiente controle do risco eliminando o direito ao recebimento do adicional, no caso da periculosidade, o entendimento dominante é que o EPI não altera a situação de risco acentuado, haja vista que sua eficiência não pode ser garantida perante descargas elétricas de elevada potência ou explosões.

Outro aspecto importante para análise das situações em tela, é a determinação da caracterização de periculosidade na rotina laboral de servidores da PF, para qual, o critério adotado observou o disposto na NR-16 (ver Anexo 5), que estabelece que **a área de risco é delimitada por um círculo com raio de 45 m com centro no interior do depósito** (segundo quadro do anexo 1 da NR-16, Quadro nº 2).

### **V.3 Tipos de atividades e operações perigosas**

De acordo com a NR-16, são consideradas condições de periculosidade atividades com:

- Explosivos;
- Inflamáveis;
- Radiações Ionizantes ou Substância Radioativas;
- Exposição a Roubos ou Outras Espécies de Violência Física nas Atividades Profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial;
- Energia Elétrica;
- Motocicleta.

Para compreender quais são atividades dentro desses segmentos que vão receber o **adicional de periculosidade**, é preciso verificar os anexos dispostos na norma regulamentadora nº 16. Cada anexo possui tabelas das atividades e as áreas de riscos de cada uma para entender qual local é considerado perigoso. Nos anexos também se encontram explicações mais detalhadas sobre cada atividade, ambiente de risco e descrições.

Essas atividades listadas são estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e devem ser rigorosamente cumpridas pelos empregadores. Respeitando cada item e sempre promovendo a saúde e segurança do trabalho.

### **V.4 Quem tem direito ao adicional?**

De acordo com a NR-16, o adicional de periculosidade pode ser reivindicado por profissionais que atuem nas seguintes áreas:

**1. Atividades e operações perigosas com explosivos:** manuseio; armazenamento; transporte; carregamento; detonação; queima e destruição de materiais deteriorados; e operação de estorva de cartuchos.

**2. Atividades e operações perigosas com inflamáveis:** produção, transporte, processamento e armazenamento de gases e líquidos liquefeitos; postos de abastecimento de aeronaves; carregamento, operação, manutenção e descarga de veículos-tanque; desgaseificação, decantação e reparo de vasilhames; operações de testes de aparelhos de

consumo do gás; transporte de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos; transporte de vasilhames (em caminhão de carga), contendo inflamável líquido; e operação em postos de serviço e bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos.

**3. Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física:** vigilância patrimonial; segurança de eventos; segurança nos transportes coletivos; segurança ambiental e florestal; transporte de valores; escolta armada; segurança pessoal; supervisão/fiscalização operacional; e tele monitoramento.

**4. Atividades perigosas com energia elétrica:** montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, ensaios e testes de verificação, inspeção, levantamento, supervisão e fiscalização de materiais elétricos; corta e poda de árvores; ligação e corte de consumidores; manobras aéreas ou subterrâneas de redes e linhas; manobras em subestações; leitura em consumidor de alta tensão; medidas de campo eletromagnético, rádio, interferência e correntes induzidas; e pintura de estruturas e equipamentos.

**5. Atividades perigosas em motocicletas:** todas as atividades laborais que consideram o uso da motocicleta no deslocamento do trabalhador são consideradas perigosas. O deslocamento do trabalhador de casa para a empresa não consta nesse tópico.

**6. Atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas:** produção, utilização, processamento, transporte, guarda, estocagem e manuseio de materiais radioativos, selados e não selados, de estado físico e forma química quaisquer, naturais ou artificiais; operação e manutenção de reatores nucleares; operação e manutenção de aceleradores de partículas; operação com aparelhos de raios-X, com irradiadores de radiação gama, radiação beta ou radiação de nêutrons; atividades de medicina nuclear; e descomissionamento de instalações nucleares e radioativas.

## **VI – ANÁLISE AMBIENTAL - PERICULOSIDADE**

De posse das informações descritas no item IV – Exames, do embasamento teórico sobre o assunto e das análises realizadas no local de trabalho questionado, temos o seguinte:

### **VI.1 Caracterização de Periculosidade por atividades**

Para todos os servidores da PF, administrativos ou policiais, bem como para os funcionários terceirizados, SIM, foram identificadas exposição permanente a atividades e operações perigosas com explosivos, elencadas na NR-16. O quadro 1 traz um resumo da

existência ou não de atividades com operações perigosas para servidores administrativos ou policiais e funcionários terceirizados.

<b>Operação perigosa</b>	<b>Exposição (Sim / Não)</b>
Explosivos	Sim
Inflamáveis	Não
Radiações Ionizantes ou Substância Radioativas	Não
Exposição a Roubos e Violência Física	Não
Energia Elétrica	Não
Motocicleta	Não

**Quadro 1** – Exposição a operação perigosas por servidores e funcionários da PF no aeroporto Santos Dumont.

## **VI.2 Considerações sobre atividades e operações perigosas com inflamáveis**

Em análise ao contido na Norma Regulamentadora 16 (NR-16), ver Anexo 5, regulamentada pela Portaria MTE n° 3214 de 08/06/78, que dispõe sobre as atividades e operações consideradas perigosas, verifica-se, em seu Anexo 1, que define as Atividades e Operações Perigosas com Explosivos consideradas perigosas, o seguinte:

"1. São consideradas atividades ou operações perigosas as enumeradas no Quadro n.º 1, seguinte:

**QUADRO N.º 1**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>ADICIONAL DE 30%</b>
a) no armazenamento de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade ou que permaneçam na área de risco.
b) no transporte de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividades
c) na operação de escorva dos cartuchos de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade
d) na operação de carregamento de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade
e) na detonação	Todos os trabalhadores nessa atividade
f) na verificação de denotações falhadas	Todos os trabalhadores nessa atividade
g) na queima e destruição de explosivos deteriorados	Todos os trabalhadores nessa atividade
h) nas operações de manuseio de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade

2. O trabalhador, cuja atividade esteja enquadrada nas hipóteses acima discriminadas, faz jus ao adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário, sem os

acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros ou participações nos lucros da empresa, sendo-lhe ressalvado o direito de opção por adicional de insalubridade eventualmente devido.

3. São consideradas áreas de risco:

a) nos locais de armazenagem de pólvoras químicas, artifícios pirotécnicos e produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas ou de fogos de artifício, a área compreendida no Quadro n.º 2:

QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO		FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA DE
	até 4.500	45 metros
mais de 4.500	até 45.000	90 metros
mais de 45.000	até 90.000	110 metros
mais de 90.000	até 225.000*	180 metros

\* quantidade máxima que não pode ser ultrapassada.

A Norma Regulamentadora 16 apresenta como área de risco, para o presente caso, o círculo com raio de 45 metros com centro dentro do depósito de armazenagem para determinar os profissionais que fazem jus ao adicional de periculosidade.

Em análise ao projeto de arquitetura do Anexo 3 observa-se a planta baixa de arquitetura do prédio principal da DPF/JNE/CE, em Juazeiro do Norte/CE, com a área aproximada de 1.868,00 m<sup>2</sup>.

Conforme planta do Anexo 4 observa-se o pavimento térreo da delegacia, a localização do depósito de armas e munições e a área de risco com a abrangência da periculosidade, que engloba praticamente toda a delegacia.

Verifica-se, ainda, conforme Anexo 4, que os locais de trabalho do pessoal da DPF/JNE/CE ficam dentro de área de risco com raio de 45 metros, ou precisam transitar periodicamente nessa área, expondo-se constantemente ao risco de explosão.

Destarte, os servidores administrativos e os funcionários terceirizados exercem suas atividades nessas áreas citadas acima e, portanto, estão expostos ou em contato constante e permanente com os riscos físicos descritos (explosivos).

## VII – ANÁLISE DO RISCO

Após os estudos realizados na edificação, da análise da documentação apresentada e dos preceitos normativos, bem como da análise qualitativa procedida no local e nas atividades desenvolvidas pela Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte – DPF/JNE/CE constata-se que, tanto os servidores efetivos da Polícia Federal (administrativos

ou policiais), bem como os trabalhadores terceirizados – CLT, **ESTÃO em contato constante e permanente com as atividades e operações perigosas elencadas na NR-16.**

## VIII – CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pelos servidores da Polícia Federal (administrativos ou policiais), bem como dos funcionários terceirizados nas dependências da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte – DPF/JNE/CE, **SE ENQUADRAM como atividades ou operações perigosas previstas na NR-16.** Desta forma fazem jus ao adicional de periculosidade previsto na legislação vigente.

Segundo o art. 10 da ON n° 4 a caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, ocorre quando houver exposição PERMANENTE ou HABITUAL a agentes físicos, químicos, biológicos ou a atividades perigosas, por meio de laudo técnico elaborado nos termos das Normas Regulamentadoras n° 15 e n° 16 (NR-15 e NR-16), aprovadas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n° 3.214, de 08 de junho de 1978.

De acordo com o Artigo 9° da ON n° 4, em relação aos adicionais de insalubridade e periculosidade, consideram-se:

- I. Exposição eventual ou esporádica: aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas, com atribuição legal do seu cargo, por tempo inferior à metade da jornada de trabalho mensal;
- II. Exposição habitual: aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal; e,
- III. Exposição permanente: aquela que é constante, durante toda a jornada laboral.

Já o Art. 12 da Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991 define que os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base nos seguintes percentuais:

I - Cinco, dez e vinte por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente;

II - Dez por cento, no de periculosidade.

§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

Exposição à periculosidade: Foi identificada atividade in loco, durante a realização de perícia, de condição técnica que satisfaz a concessão de adicional, observada adequação as situações no Anexo I da NR-16.

Convém ressaltar que os explosivos armazenados na forma acima citada, no interior da edificação, geram uma área de risco que, no caso das instalações periciadas, expõe todos os funcionários aos danos físicos causados por explosões. Desta forma, a gratificação em estudo deve ser estendida a todos eles, enquanto perdurar as citadas condições.

**Conclui-se, portanto, que os servidores administrativos da Polícia Federal, na delegacia periciada, fazem jus ao adicional de periculosidade, 10% (dez por cento – grau único) incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo.**

**Servidores terceirizados / contratados, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, através do decreto de lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), artigos 193 e 196, fazem jus ao adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento – grau único) sobre o salário-base do empregado.**

Nada mais havendo a lavrar, o perito encerra o presente laudo técnico, elaborado em vinte e duas páginas e cinco anexos, abaixo assinado.

**ALVANTER GARCIA MORAIS**  
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho  
CREA 4306/D